

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Educar-se com e por meio da agricultura urbana liderada por mulheres periféricas

Larissa Ferreira, Iraí Maria de Campos Teixeira, Débora Monteiro do Amaral

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17950>

Submetido em: 2026-09-14

Postado em: 2026-10-13 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Valéria Vasconcelos (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0616-2372>)

ARTIGO

EDUCAR-SE COM E POR MEIO DA AGRICULTURA URBANA LIDERADA POR MULHERES PERIFÉRICAS

LARISSA FERREIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4244-326X>
<larissa10ferreira@gmail.com>

IRAÍ MARIA DE CAMPOS TEIXEIRA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0307-3443>
<irai@ufscar.br>

DÉBORA MONTEIRO DO AMARAL³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8397-864X>
<deboramdoamaral@gmail.com>

¹ Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.

² Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.

³ Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil.

RESUMO: Na perspectiva da Educação Popular, o presente artigo teve como objetivo compreender e problematizar os processos educativos desvelados pela prática da agricultura urbana realizada pelas Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana). Na cidade de São Paulo, a periferia popular se consolidou em uma complexa realidade, na medida que o planejamento urbano não atendeu às suas demandas em diferentes momentos históricos. Esse contexto faz parte da realidade do coletivo com o qual esse artigo promoveu investigações e diálogos. A pesquisa é qualitativa e a metodologia adotada foi a pesquisa participante. A produção dos dados se deu por meio da observação participante, entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa. As informações foram interpretadas pela análise de conteúdo. Os resultados apontam o quanto as mulheres, por meio da agricultura urbana, pautam situações-limites e desumanizantes, como, a exclusão urbana, as discriminações de gênero e raça e os desafios do ser agricultora na cidade. E assim, anunciam processos educativos, tais como, o reconhecimento de suas vozes; a ampliação de suas leituras de mundo; a cooperação; as trocas de conhecimentos; o respeito com a natureza; e o reconhecimento do seu trabalho. Também reivindicam a humanização no trabalho. Espera-se ter contribuído para a compreensão da prática da agricultura urbana, aprofundando as discussões sobre as resistências e as lutas por qualidade de vida nas periferias populares.

Palavras-chave: processos educativos, agricultura urbana, mulheres, periferias populares, humanização.

LEARNING THROUGH AND WITH URBAN AGRICULTURE LED BY PERIPHERAL WOMEN

ABSTRACT: From the perspective of Popular Education, the aim of this article was to understand and examine the educational processes revealed by the social practice of urban agriculture carried out by “Mulheres do GAU” (Urban Agriculture Group). In the city of São Paulo, the working-class suburbs have evolved into a complex reality, as urban planning has failed to meet their needs at different moments in history. This context is part of the reality of the collective with whom this article conducted research and dialogues. The research is qualitative and the methodology adopted was participant observation. Data was collected through participant observation, semi-structured interviews and discussion circles. The information was interpreted through content analysis. The results highlight how the women’s collective, through urban agriculture, address extreme and dehumanising situations, such as urban exclusion, gender and racial discrimination, and the challenges of being a female farmer in the city. And so, they initiate educational processes, such as the recognition of their voices; the broadening of their worldviews; cooperation; the exchange of knowledge; respect for nature; and the recognition of their work. They also call for humanity in the workplace. It is hoped that this has contributed to a better understanding of urban agriculture, and has furthered discussions on resistance and the struggle for a better quality of life in working-class neighbourhoods.

Keywords: educational processes, urban agriculture, women, working-class suburbs, humanisation.

EDUCARSE CON Y A TRAVÉS DE LA AGRICULTURA URBANA LIDERADA POR MUJERES DE LA PERIFERIA

RESUMEN: Desde la perspectiva de la Educación Popular, el presente artículo tuvo como objetivo comprender y analizar los procesos educativos revelados por la práctica de la agricultura urbana llevada a cabo por las “Mulheres do GAU” (Grupo de Agricultura Urbana). En la ciudad de São Paulo, la periferia popular se ha consolidado como una realidad compleja, en la medida en que la planificación urbana no ha respondido a sus demandas en diferentes momentos históricos. Este contexto forma parte de la realidad del colectivo con el que este artículo promovió investigaciones y diálogos. La investigación es cualitativa y la metodología adoptada fue la investigación participante. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante la observación participante, entrevistas semiestructuradas y círculos de conversación. La información fue interpretada mediante el análisis de contenido. Los resultados ponen de manifiesto hasta qué punto las mujeres, a través de la agricultura urbana, abordan situaciones límite y deshumanizantes, como la exclusión urbana, las discriminaciones de género y raza y los retos de ser agricultora en la ciudad. Asimismo, anuncian procesos educativos, tales como el reconocimiento de sus voces; la ampliación de su visión del mundo; la cooperación; el intercambio de conocimientos; el respeto hacia la naturaleza; y el reconocimiento de su trabajo. También reivindican la humanización del trabajo. Se espera haber contribuido a la comprensión de la práctica de la agricultura urbana, profundizando en los debates sobre las resistencias y las luchas por la calidad de vida en las periferias populares.

Palabras clave: procesos educativos, agricultura urbana, mujeres, barrios periféricos, humanización.

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta da investigação realizada em nível de mestrado, construída na perspectiva da Educação Popular, em diálogo com o coletivo Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana), a qual resultou na compreensão dos processos educativos desvelados pela prática social da agricultura urbana.

O coletivo Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) atua com agricultura agroecológica, culinária e ações educativas no bairro União de Vila Nova, no distrito Vila Jacuí, Zona Leste de São Paulo. Formado por mulheres, em sua maioria negras e pardas, e que vieram do rural nordestino, antes de fazerem parte do coletivo as mulheres eram moradoras do bairro União de Vila Nova.

Na cidade de São Paulo, a periferia popular consolidou-se em uma complexa realidade, na medida que o planejamento urbano não atendeu às suas demandas em diferentes momentos históricos, produzindo regiões desiguais, com diversos problemas sociais e ambientais (Oliveira, 2016). Ao considerarmos o processo de urbanização de São Paulo, em que concebida a partir de padrões europeus, foi planejada para oferecer infraestrutura e serviços para as pessoas pertencentes à “totalidade”, enquanto que os locais onde concentram-se as populações, em sua maioria, negras e migrantes do Nordeste, são lugares à margem dos investimentos de urbanização (Magalhães, 2015; Cunha Junior, 2019).

A Zona Leste de São Paulo recebeu muitas das pessoas migrantes que buscavam condições de vida melhores na cidade e acabaram dirigindo-se à essa região, principalmente, pelas moradias com preços mais baixos e pela presença de trabalho nas indústrias instaladas no passado, tais como, a Nitroquímica e as Indústrias Matarazzo (Magalhães, 2015). Principalmente por volta da década de 1970, as pessoas de classe média e alta ficavam nos bairros centrais e no quadrante sudoeste e as classes populares nas margens da cidade (Caldeira, 2000).

O coletivo tem seu histórico de formação a partir de um processo de urbanização do bairro União de Vila Nova, que era conhecido como a favela União de Vila Nova, quando moradoras e moradores trouxeram como uma de suas reivindicações a implantação de áreas verdes para uso coletivo. A partir de 2010 que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em parceria com outras instituições, iniciou um projeto socioambiental denominado “Viveiro Educador de União de Vila Nova”, até a consolidação do coletivo denominado Mulheres do GAU, entre 2015 e 2016, sendo que o grupo passou por diversos processos de formação e fortalecimento (Carvalho, 2021).

Os espaços onde o coletivo atua foram cedidos pela CDHU: o primeiro, conhecido como Viveiro-Escola, por volta do processo de urbanização do bairro (entre 2010 e 2015), e o segundo, em 2021, por demanda do coletivo em ampliar suas atividades. Os dois espaços demandaram o trabalho árduo das mulheres para que pudessem retirar entulhos e recuperar o solo antes de iniciar os plantios. As mulheres se dividem em duas frentes de trabalho: a horta e a cozinha. Porém, essa divisão é flexível, e dependendo das demandas, elas realizam ambas as atividades. Para a maioria das mulheres, o trabalho no coletivo é a sua principal fonte de renda.

A agricultura urbana quando realizada em bairros periféricos populares necessita ser analisada a partir da sua multiplicidade, considerando que além da produção de alimentos, é atravessada por questões estruturais, como, as desigualdades socioeconômicas, de gênero e raça (Carvalho, 2021). Questões estruturais que se constituem no contexto latinoamericano.

A América Latina é marcada por diferentes tentativas, desde o período da colonização, de homogeneizar as interpretações de mundo a partir da narrativa europeia, cristã e baseada na racionalidade (Araújo-Olivera 2014; Gonzalez, 2020; Bento, 2022). Sendo assim, a configuração das cidades latinoamericanas são marcadas por violências coloniais que ainda atuam nas dinâmicas urbanas, funcionando de acordo com o conceito da colonialidade de “centro-periferia” e por opressões sociais que são estruturais e estruturantes (Berth, 2023). Pode-se dizer que as cidades operam a partir de uma lógica de colonialidade urbana, na qual são “o chão onde todas as ideologias segregacionistas e negacionistas se sustentam, se materializam e ganham forma” (Berth, 2023, p. 72).

A distorção da compreensão sobre os grupos sociais considerados periféricos resulta na justificativa de práticas sociais que “produzem desigualdades, discriminações, desqualificação de culturas e saberes” (Araújo-Olivera, 2014, p. 80). Os grupos periféricos à totalidade tiveram parte de suas culturas colonizadas, “mas a maior parte de suas estruturas de valores foram sobretudo excluídas, desprezadas, negadas, ignoradas mais do que aniquiladas” (Dussel, 2016, p. 62). Existem processos de dominação e invasão cultural que subjuguem os espaços históricos e culturais de grupos e caminham no sentido contrário ao de uma verdadeira educação humanizadora (Freire, 2022).

Portanto, compreendemos que o ato de pesquisar apresenta como centralidade o posicionamento de que é necessário superar a visão negativa das pessoas que fazem parte de grupos socialmente marginalizados, que “supõe que pouco ou nada se aprende nas práticas sociais por elas protagonizadas” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 136). As pesquisas, pautadas na Educação Popular, nas epistemologias do sul e em metodologias dialógicas buscam construir conhecimentos com grupos sociais, especialmente, da América Latina, na perspectiva da humanização e do bem viver coletivo.

A construção da ciência nessa perspectiva é também o desejo de formação das pessoas envolvidas na pesquisa, em um processo de investigação compartilhada, buscando a humanização com o propósito de uma vida mais justa, e assim torna-se relevante conhecer e compreender os processos educativos decorrentes das práticas sociais (Oliveira *et al.*, 2014). Processos estes que são próprios de práticas sociais que acontecem em diversos espaços e momentos ao longo da vida e que promovem a formação para se viver em sociedade (Oliveira *et al.*, 2014).

Por meio das práticas sociais são criadas identidades e são também facilitadas as relações de convívio, na qual as pessoas se educam enquanto seres humanos (Oliveira *et al.*, 2014). Para além de um compartilhar do espaço e do tempo, essa convivência é o que possibilita a construção de vínculos humanos e de identidades. Enquanto que os processos educativos estão relacionados a valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que são desenvolvidas em todas as experiências que as pessoas participam (Oliveira *et al.*, 2014).

A prática da agricultura urbana, realizada pelo coletivo Mulheres do GAU, constitui-se enquanto prática social na medida que é decorrente e gera interações entre as mulheres do coletivo e

entre elas e o bairro União de Vila Nova e a cidade de São Paulo, cria a identidade de agricultoras urbanas da Zona Leste e proporciona a sobrevivência material e simbólica das mulheres.

É necessário reconhecer que existem outras epistemologias que não aquelas centradas nas perspectivas eurocêtricas, mas em práticas socioculturais de grupos que apresentam diversidades de ser e estar no mundo (Costa Júnior; Ude, 2019). Ao trazermos em perspectiva a produção de conhecimentos a partir de mulheres do Sul Global, colocamos em pauta a necessidade da construção de um conhecimento contextualizado a partir das vivências locais (Campos, 2019). O ponto de partida para o diálogo intercultural entre pensadoras e pensadores “Sul-Sul” é justamente o reconhecimento da opressão da cultura periférica pela cultura ocidental dominante (Dussel, 2016).

Nesse sentido, ao dialogarmos com as mulheres do coletivo foi fundamental construir esta investigação a partir do reconhecimento que elas são sujeitas que produzem conhecimentos e pautam outras maneiras de existir na cidade. Tivemos como objetivo compreender e problematizar os processos educativos desvelados pela prática da agricultura urbana realizada pelo coletivo Mulheres do GAU. Assim como, conhecer as contribuições dos processos educativos envolvidos nesta prática, em termos de práxis de humanização.

Dada esta breve introdução, aprofundaremos a seguir as discussões relacionadas à agricultura urbana, agroecologia, gênero e raça, fundamentais para compreender a atuação do coletivo. Depois, abordaremos os caminhos teóricos-metodológicos e então, compartilharemos os principais achados da pesquisa.

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA LIDERADA POR MULHERES NA PERIFERIA POPULAR DE SÃO PAULO

Para dialogar sobre a prática da agricultura urbana realizada pelas Mulheres do GAU, uma questão importante a ser compreendida é que a “agricultura urbana não é apenas resquício do rural no urbano, mas uma prática que pertence ao ambiente urbano” (Coutinho; Costa, 2011, p. 83). A própria junção das palavras que formam esse conceito pode parecer contraditória, visto que agrupa conceitos historicamente tidos como opostos e em uma relação dualista (campo e cidade), porém, a agricultura faz parte da dinâmica da cidade e os espaços urbanos coexistem com os processos agrícolas (Coutinho; Costa, 2011). Assim, para a agricultura urbana ser compreendida em sua complexidade, é necessário superar a percepção dualista de campo-cidade (Coutinho; Costa, 2011).

Esta prática mobiliza diferentes atores sociais, experiências e até mesmo perspectivas de se pensar as cidades, aproximando as pessoas por interesses comuns de discutir a qualidade de vida no meio urbano (Sagae, 2020). Ao percebermos a agricultura como própria do espaço urbano, reconhecemos também que ela se dá a partir dos diferentes contextos urbanos e trajetórias das pessoas que a praticam. Para Almeida (2016):

Perceber o espaço como a esfera do encontro (ou não) de trajetórias que coexistem, lutam, afetam uma à outra reforça a noção de contemporaneidade dos espaços agrícolas urbanos, em contraposição à ideia de que são apenas resíduos de um tempo passado (retrógrado, antiquado, arcaico) ou incompatíveis com as metrópoles atuais. Esse pensamento imobiliza e invisibiliza, tanto pela prática quanto pela teoria, trajetórias e estórias da agricultura urbana, enquanto

facilita o avanço de outras trajetórias dominantes. Reconhecer a agricultura urbana em diferentes cenários urbanos e a sua coexistência com outras trajetórias no espaço é reconhecer a existência de outras vozes que se diferenciam do que é hegemônico. Cada experiência tem uma história própria, que se materializa em espacialidades próprias. Além disso, compreendidos como produto de inter-relações, os espaços agrícolas não se encontram acabados, fechados e sim em construção e abertos para o futuro (Almeida, 2016, p. 179).

Um ponto essencial para o fortalecimento da agricultura urbana é que as pessoas envolvidas na elaboração e implementação de políticas e projetos reconheçam as especificidades de cada prática, em um diálogo constante com as/os agricultoras/es urbanas/os. Como apontam as autoras Coutinho e Costa (2011), é necessário aproximar-se de quem está nos territórios praticando a agricultura urbana:

A agricultura urbana, como prática, apresenta-se aos nossos olhos como um elemento da realidade sobre o qual há um conhecimento a ser alcançado, pois existem intervenções que podem ser feitas sobre essa realidade. Aproximar-se, ver como as práticas são realizadas, perceber os sentidos dados às práticas, conversar com quem faz e conviver com os que são os maiores interessados no conhecimento produzido e em seu uso: estes são caminhos metodológicos que podem nos permitir compreender e criar versões, com maior propriedade, sobre o que nomeamos agricultura urbana (Coutinho; Costa, 2011, p. 93).

É possível reconhecer que a realidade da agricultura urbana a qual é necessário se aproximar para conhecer e agir, está inserida em relações complexas e mais amplas do planejamento urbano, o qual está articulado com o sistema capitalista, políticas neoliberais e expressões da colonialidade (Coutinho; Costa, 2011). As políticas urbanas, ao focar nas pautas somente pela discussão de classe social, reforçam que as cidades não têm cor e nem gênero, expressando o negacionismo que constitui a sociedade brasileira quando o assunto é racial e de gênero (Berth, 2023).

Desde a colonização do Brasil até os dias de hoje, toda uma construção ideológica e de práticas políticas/sociais têm buscado excluir as pessoas negras dos projetos de construção de nação, sendo que o racismo “passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (Gonzalez, 2020, p. 34). Ainda, para Gonzalez (2020, p. 131):

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (Gonzalez, 2020, p. 131).

Ao pautar as discussões apresentadas em relação às cidades, Berth (2023) explicita como a supremacia branca e a colonialidade estruturam os meios urbanos:

Isso contribuiu com a nova ordem urbana que reproduziu o eixo casa-grande - senzala das fazendas nas cidades em consolidação. Ou seja, a razão de ser das áreas periféricas e favelizadas é uma materialização do mito da marginalidade - ou dos estereótipos de degeneração moral - devidamente autorizado pelo status científico das políticas eugenistas que foram impostas à

negritude e aos não brancos em geral. A cidade colonial se converteu, então, em cidade da colonialidade (Berth, 2023, p. 142).

A cidade da colonialidade, além de reforçar a supremacia branca, também perpetua a violência de gênero, que é agravada no caso das mulheres não-brancas. Como Gonzalez (2020) aponta, “falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (Gonzalez, 2020, p. 142). Pode-se compreender então que, além da hierarquia de raça, existe a hierarquia de gênero, com essas duas hierarquias atuando simultaneamente no caso de mulheres negras (Bento, 2022).

As questões de raça e gênero apresentadas são fundamentais para o debate sobre as cidades, visto que “se nos marcadores e nas estatísticas apuradas são a negritude, os indígenas e as mulheres que aparecem na condição de maior precariedade, isso de alguma forma tem chão, isso está territorializado” (Berth, 2023, p.117). O que apresentamos é o fato de que as cidades não são pensadas para as periferias populares, para as mulheres, para as pessoas negras. E que essas violências atuam simultaneamente no caso de mulheres negras periféricas.

Porém, os processos de insurgências nas periferias populares estão presentes por meio de lutas coletivas frente ao modelo capitalista de produção da cidade (Do Amaral e Silva; Oliveira, 2019). As periferias populares, que estão às margens, são complexas visto que constituem-se a partir de mais de um local: tanto como local de privação, exclusão e opressão quanto como local de resistência e possibilidades (hooks, 2019a).

As pessoas que vivem nas periferias populares, frente ao modelo de segregação socioespacial, têm construído coletivamente diferentes estratégias sociais, culturais, políticas e econômicas de resistência, constituindo-se enquanto potências periféricas (Simões; Medeiros, 2025). A amplificação da atuação das mulheres, principalmente, de mulheres negras das periferias populares, por meio de coletivos, tece esperanças ao pautarem as discriminações e desigualdades, tais como, de gênero, raça e classe (Gohn, 2019).

Além disso, ao estarmos dialogando com um coletivo de agricultoras urbanas, cujas práticas estão relacionadas ao fazer agroecológico, é necessário destacar o papel das mulheres visto que, no campo ou na cidade, elas têm tido uma atuação protagonista na agroecologia. Como apontam Tait e Jesus (2017, p. 86), “essa aproximação entre mulheres e agroecologia (e também entre feminismo e agroecologia) vem crescendo não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina”.

Vale ressaltar que a agroecologia e, analisando de maneira mais geral, a agricultura familiar sempre tiveram a participação das mulheres como central e significativa na produção agrícola dentro dos cultivos familiares no campo (Tait; Jesus, 2017). Ao longo dos séculos, a luta pela preservação ambiental e agricultura agroecológica tem sido liderada por diferentes grupos de mulheres, as quais compreendem que é necessário superar o sistema capitalista que explora a terra e os corpos das mulheres (Santana, 2022).

A atuação das mulheres na agroecologia também está relacionada ao resgate e compartilhamento de conhecimentos tradicionais nas práticas agrícolas, tais como, de preparo do solo, seleção das espécies para plantio, uso de sementes crioulas, entre outras, que contribuem para a

manutenção da sociobiodiversidade (Siliprandi, 2015; Tait; Jesus, 2017). Ao protagonizar ações no campo da agroecologia, as mulheres têm ressignificado e valorizado diversas atividades associadas à criação e a manutenção dos sistemas alimentares, visto que muitas vezes são as pessoas que ficam à frente dos processos de organização (Tait; Jesus, 2017).

As experiências agroecológicas das mulheres são resistência frente ao próprio sistema capitalista e patriarcal, visto que constroem epistemologias plurais, carregadas de conhecimentos e práticas de valorização e cuidado com todas as formas de vida - humana e não humana (Tait, 2015). Ainda, a abordagem destas epistemologias é capaz de “articular em suas demandas diversas dimensões das problemáticas atuais, como desigualdade de gênero, degradação ambiental, soberania e segurança alimentar e exploração do trabalho” (Tait, 2015, p. 79).

No caso da desigualdade de gênero, essa problemática reflete no fato de que mesmo com a relevância das contribuições das mulheres na agroecologia, apenas recentemente esse protagonismo tem sido resgatado, sendo que este enfoque passou a ser mais discutido a partir da década de 1980 (Siliprandi, 2015; Tait; Jesus, 2017). Como é destacado por Tait e Jesus (2017):

Na agroecologia, apesar do reconhecimento crescente da importância das mulheres, nota-se uma situação paradoxal, uma vez que esse reconhecimento não se reflete na incorporação do gênero como uma dimensão importante das dimensões cultural e social, tidas como centrais para a agroecologia. Ao contrário, as questões de gênero ainda aparecem de forma marginal e mesmo menosprezada no movimento como um todo. Essa situação tem sido exposta principalmente pelas mulheres dos movimentos e empreendimentos agroecológicos, uma vez que essa ausência teórica contribui para a manutenção das desigualdades de gênero na prática da agroecologia (Tait; Jesus, 2017, p. 82).

Outra questão necessária a ser discutida é que, além do recorte de gênero na agroecologia, existe o recorte de raça, visto que as mulheres negras trazem contribuições essenciais para a construção do conhecimento e da prática agroecológica, porém “o movimento cresceu absorvendo o conhecimento ancestral das mulheres não-brancas e não ganhou o lugar de destaque na construção dessa história” (Motta, 2020, p. 3).

Como aponta a pesquisadora Vivian Delfino Motta, “mesmo com um discurso transformador, o fazer agroecológico, quando não se estrutura nas questões raciais, reproduz e perpetua a branquitude criada pela sociedade capitalista excludente” (Motta, 2023, p. 81).

A pesquisadora reflete sobre como o feminismo tem se inserido nas discussões sobre a desigualdade de gênero na agroecologia, porém, ainda é necessário avançar em relação às questões étnico-raciais e de enfrentamento ao racismo (Motta, 2020). Os debates iniciais propostos pelos feminismos, como, o marxista e o ecofeminismo, apresentavam, e ainda em sua maioria apresentam, o pensamento eurocêntrico, sem considerar a interseccionalidade de gênero, raça e classe que constituem as diversas experiências agroecológicas na América Latina (Motta, 2023).

O campo da agroecologia foi sendo constituído a partir de conhecimentos tradicionais, porém, sem “cara nem cor”, apagando a herança afro-brasileira e indígena para a construção do saber agroecológico (Motta, 2020).

Assim, para que de fato a agroecologia possa ocasionar as mudanças sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas as quais se propõem, é necessário reconhecer o papel das mulheres e,

principalmente, das mulheres negras e indígenas enquanto pessoas que há séculos têm sido protagonistas na construção de conhecimentos e práticas agroecológicas. Práticas estas que ao fazerem parte da experiência cotidiana das mulheres, realizadas por meio da agricultura urbana, fortalecem a luta pelo direito à cidade ao construir espaços a partir de lógicas que não são regidas pelo capital (Chaves, 2022).

Ao abrirem caminhos e seguirem atuando como protagonistas na agricultura urbana agroecológica, as mulheres revelam interações e modos de agir “enquanto potências que podem iluminar outros caminhos teóricos e formas de organização social que sustentem e cuidem da vida humana e não humana” (Tait; Jesus, 2017, p. 93). Afinal, quem produz alimentos agroecológicos para as periferias populares da cidade de São Paulo? Quem produz espaços de vida na cidade de São Paulo?

Desta maneira, ao investigarmos os processos educativos próprios da prática da agricultura urbana realizada por este coletivo, compreendendo suas especificidades e sentidos, esperamos contribuir com os conhecimentos relacionados à agricultura urbana na cidade de São Paulo, e de maneira mais ampla, no contexto da América Latina.

Conhecimentos estes que são discutidos principalmente a nível de caracterização e temáticas como saúde, conservação ambiental e política, porém, pouco aprofundados em termos das interações com o campo da Educação Popular e a possibilidade de humanização, considerando os atravessamentos de classe, raça e gênero.

CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A partir da perspectiva da Educação Popular - como referencial teórico, metodológico e político - esta pesquisa investigou a prática social da agricultura urbana, protagonizada pelo coletivo Mulheres do GAU, e os processos educativos por ela desencadeados.

A Educação Popular deve ser comprometida, praticada e dialogada com as classes populares, compreendendo que a educação possibilita processos de humanização, que é um ato político no qual as pessoas fazem e refazem a realidade (Freire, 2020). Deve existir a intencionalidade da transformação social por meio do conhecimento da realidade pelas pessoas envolvidas no processo educativo, ou seja, que as pessoas tenham autonomia e de fato compreendam que suas práticas sociais produzem conhecimentos e possam refletir sobre elas (Freire, 2022).

Os dados foram construídos por meio da pesquisa participante, de natureza qualitativa, junto à onze mulheres¹ que atuam no coletivo, das quais cinco mulheres se autodeclararam pretas, cinco mulheres se autodeclararam pardas e uma mulher se autodeclara branca.

A pesquisa apresentou os cuidados éticos necessários na pesquisa com seres humanos, sendo que foi dialogado sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pelas participantes, ressaltando a participação voluntária e que poderiam retirar o consentimento a qualquer momento. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar.

¹ Os nomes reais das mulheres foram trocados por nomes fictícios, utilizando o nome de flores.

Nesta investigação, a pesquisa possui o compromisso de constituir-se humanizadora e libertadora, que não interpreta a realidade como estática e imóvel, mas a partir de relações sociais históricas, os grupos populares não podem ser tidos como meros objetos de pesquisa (Freire, 2022). Ao estar comprometida com a humanização, para além da identificação de experiências, a pesquisa propõe “viver experiências junto com outras pessoas e produzir conhecimento científico nessa convivência” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 130).

A pesquisa participante pode ser ancorada por diversas técnicas que favorecem a interação da pesquisadora com as/os sujeitos da pesquisa de maneira a permitir uma abordagem pessoal e um compartilhamento dialógico de informações (Brandão, 2006). Assim, uma das técnicas utilizadas consistiu na observação participante, a qual de acordo com Minayo (2015), é considerada fundamental para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa.

As observações foram feitas a partir da convivência com o grupo Mulheres do GAU nos dois espaços em que o coletivo atua e foram registrados em um diário de campo. O diário de campo mostra-se como um procedimento que permite a descrição das pessoas, dos lugares e os elementos que os compõem, assim como reflexões individuais da pesquisadora (Afonso *et al.*, 2015). Também dialogamos por meio de entrevistas semi-estruturadas, com a finalidade de compreender as suas experiências fazendo parte do coletivo e suas compreensões sobre o espaço urbano onde vivem e atuam e a prática da agricultura urbana.

Outro momento, foi a organização de duas rodas de conversa, uma em cada espaço, visto que devido a dinâmica de trabalho, facilitaria para garantir a participação das mulheres que atuam em cada espaço. A roda de conversa possibilita que as pessoas compartilhem experiências e desenvolvam reflexões acerca de determinada temática, e assim, constroem e reconstroem novos conhecimentos (Moura; Lima, 2014).

As rodas de conversa tiveram como objetivo possibilitar o diálogo em relação aos processos educativos anunciados pelas mulheres participantes, compreendendo que a participação ocorre ao longo de toda a realização da pesquisa, inclusive na interpretação e análise dos dados (Teixeira; Oliveira; Stofel, 2019). Para isso, antes das rodas de conversa, realizamos uma pré-análise dos dados, tanto das anotações do diário de campo quanto das entrevistas, para que fosse possível sistematizá-los e apresentá-los, tendo essa primeira análise como ponto de partida para o diálogo.

Os dados da pesquisa - anotações no diário de campo e as transcrições das entrevistas e das rodas de conversa - foram compilados e interpretados pela análise de conteúdo (Bardin, 2008). É importante ressaltar que depois que os dados da pesquisa estavam compilados e organizados, durante o processo de análise e interpretação, compartilhamos com cada participante suas falas para que pudessem validar e contribuir com a análise, complementando com reflexões que consideravam necessárias.

AGRICULTURA URBANA COMO PRÁTICA SOCIAL: PROCESSOS DE DESVELAMENTOS

A convivência com as mulheres do coletivo Mulheres do GAU, evidenciou como elas são produtoras de conhecimentos, percebendo a ciência envolvida na prática da agricultura urbana e o

próprio movimento de produção de conhecimento do qual fazem parte e estão construindo, conhecimentos estes que vão sendo construídos no cotidiano da prática da agricultura urbana, ao trabalharem questões como do fazer agroecológico, com perspectivas tradicionais, ao mesmo tempo, mobilizando discussões sobre discriminações e desigualdades, transformações no espaço urbano e processos de cooperação, acolhimento e criação de vínculos de pertencimento.

Por meio da leitura e reflexão dos resultados que serão apresentados, podemos compreender que as mulheres estão a todo momento pautando situações-limites em suas vidas e como coletivamente se organizam, refletindo sobre essas situações e anunciando processos educativos.

Situações-limites que podem ser compreendidas pela percepção, em determinado momento histórico, das pessoas que são oprimidas de que existem certas situações as quais não podem ultrapassar, ou seja, existe algo que atua como um freio (Freire, 2020). Porém, na medida que percebem a realidade a partir de uma leitura crítica, e vão passando pelo processo de desvelamento, essa situação é vislumbrada como algo possível de ser superada, assim, torna-se um inédito viável (Freire, 2020).

Assim, “quanto mais se voltam criticamente para suas experiências passadas e presentes em e com o mundo, que veem melhor agora porque o revivem, mais se dão conta de que este não é para os homens [seres humanos] um beco sem saída, uma condição intransponível que os esmaga” (Freire, 2022, p. 113). Ainda, para Freire (2020):

Desta forma, o próprio dos homens [seres humanos] é estar, como consciência de si e do mundo, em relação de enfrentamento com sua realidade em que, historicamente, se dão as “situações-limites”. E este enfrentamento com a realidade para a superação dos obstáculos só pode ser feito historicamente, como historicamente se objetivam as “situações-limites” (Freire, 2020, p. 126).

Ao mesmo tempo que as mulheres do coletivo denunciam situações-limites e desumanizantes, elas anunciam processos educativos e possibilidades de humanização. Denúncia e anúncio que são compromisso histórico, e que só podem existir juntos, visto que toda denúncia provoca um anúncio e não existe anúncio sem alguma denúncia (Freire, 1981). Ao denunciar as estruturas dominantes e as violências geradas por elas, se pode vislumbrar uma nova realidade criada pelos grupos sociais oprimidos (Freire, 1981).

Os conhecimentos das agricultoras urbanas dialogam com os conhecimentos acadêmicos que são feitos junto com as classes populares, confrontando a ciência hegemônica e a estrutura social vigente. Ao cultivarem processos de conscientização e de descolonização do pensamento, constroem possibilidades que rompem com o modelo de dominação dos modos de viver em sociedade, propondo novas perspectivas para as pessoas atuarem juntas (hooks, 2021).

AGRICULTORAS URBANAS NA PERIFERIA POPULAR: ANUNCIANDO PROCESSOS EDUCATIVOS

Das onze mulheres participantes da pesquisa, sete delas vieram do Nordeste, dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará e Pernambuco e tiveram suas vivências na infância e adolescência associadas ao meio rural. Um dos grandes fluxos de migração das pessoas do Nordeste do país para a cidade de São Paulo, se deu a partir da metade do século XX, no qual a cidade tornou-se o centro industrial do país, com a expansão de diversas indústrias e uma demanda crescente por mão de obra (Caldeira, 2000).

Nêgo Bispo possibilita uma reflexão crítica sobre esse processo, ao apontar que ainda no final da Segunda Guerra Mundial, a maior parte da população brasileira vivia no campo, sendo que grande parte do que era necessário para viver bem era produzido nos próprios territórios (Santos, 2023b). Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma inversão na sociedade brasileira, com dois terços da população vivendo nas cidades (Santos, 2023b). O que veio a ser chamado de Revolução Verde no Brasil, Nêgo Bispo denomina de “absorção do lixo tecnológico da Segunda Guerra Mundial” (Santos, 2023b, p. 39).

Esse processo histórico da vinda das pessoas do campo como mão de obra barata para os centros urbanos, ao mesmo tempo que modificou as dinâmicas socioculturais e fragilizou os investimentos para as famílias agricultoras de pequena escala no ambiente rural, colocou as pessoas que chegaram nas cidades às margens da infraestrutura urbana e serviços públicos.

No caso da Zona Leste de São Paulo, a região recebeu as pessoas migrantes, porém sem investimentos públicos na infraestrutura urbana sendo que “as famílias, que vinham em busca de incorporação no novo mercado de trabalho que surgia e deixavam para trás experiências rurais, encontrem-se totalmente abandonadas pelo poder público” (Oliveira, 2007, p. 23).

A maior parte destas mulheres vivem no bairro União de Vila Nova, no qual estão localizados os espaços que o coletivo atua (Viveiro-Escola e o Polo de Educação Ambiental). Antes de fazerem parte do coletivo, já moravam no bairro, e a maioria acompanhou o processo de urbanização realizado pela CDHU, que teve início com a elaboração de um Plano de Urbanização em 2002, conhecido como “Projeto Pantanal” (Oliveira, 2012). Elas relataram também, como enfrentaram diversas dificuldades ao chegarem em São Paulo, principalmente devido a precariedade urbana da região que se mudaram. Os relatos apontam que antes da urbanização, o bairro União de Vila Nova era considerado uma área de risco, com alto índice de violência e um local que as pessoas “não davam nada”, conhecido como o “fundão do Pantanal”.

As próprias pessoas migrantes, ao se estabelecerem às margens da cidade, formando as periferias populares, impulsionaram o investimento público para a infraestrutura urbana e a existência dos serviços necessários (Oliveira, 2007). Como é destacado por Jasmim, o processo de urbanização do bairro não foi algo dado, e sim, resultado de resistência e lutas por parte das/os moradoras/es.

O bairro União de Vila Nova significa transformação. Eu vi aqui a união dos moradores, a luta, a resistência, a afirmação... As pessoas aqui batalharam muito para ter o que tem. É isso. Aqui não tinha escola, aqui não tinha nada. Não tinha escola, aqui não tinha posto, não tinha creche, não tinha nada. O que tinha aqui era muita lama. Aí veio a urbanização e dentro dessa urbanização foi aí todo o planejamento, a organização e hoje tem, né? Escola, creche, UBS, né? E vários projetos que se formaram. Se levantaram nessa, nessa... Como é que eu vou dizer? Querer fazer, né? Querer se planejar, querer se organizar, que a gente aqui também não tinha esgoto, né? Que era um direito negado. O indivíduo não ter o esgoto, não tinha água, não tinha luz, né? Direito básico, a gente era negado aqui, quando eu cheguei aqui. (Jasmim)

A compreensão dos processos históricos pelos quais o bairro passou é uma possibilidade de resistência frente ao esquecimento das lutas das/os moradoras/es e de maior reflexão sobre a prática da agricultura urbana a partir da contextualização do território e dos atores sociais presentes. O ato de anunciar o que é lembrado, não permitindo que seja esquecido, possibilita recusas e afirmações em relação às ideias que direcionam os acontecimentos ao longo do tempo (Oliveira, 2007).

O processo de retomar para si sua história possibilita que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria vida, sendo a memória uma possibilidade de defender uma vida diferente, na qual ao ser produzida no presente aponta para a continuidade dos sonhos do passado (Oliveira, 2007). Assim, a memória “deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro” (Bosi, 2003, p. 66).

Ao anunciarem o que é lembrado, as mulheres do coletivo compreendem suas trajetórias, os acontecimentos que modificaram o território, denunciando as situações-limites de exclusão social e afirmando suas identidades enquanto agricultoras urbanas da zona leste de São Paulo. Identidades estas que foram constituindo-se em constante relação com o território.

No caso das duas mulheres que vieram do interior de São Paulo e das duas que nasceram na cidade de São Paulo, a prática da agricultura se deu pela primeira vez ao fazerem parte do coletivo. Antes, não se imaginavam trabalhando com isso, ainda mais na cidade de São Paulo. Enquanto que as sete mulheres que nasceram e cresceram no Nordeste, elas reconhecem-se na cidade e no coletivo a partir das suas experiências de vida nesta região do país, trazendo para a prática da agricultura urbana conhecimentos populares, carregados de memórias da infância e adolescência, que mantêm vivos aspectos do campo. Como apontam Ribeiro e Dias (2019, p. 9), “a agricultura urbana ou ainda partes pertencentes a essa forma de produção nas áreas urbanizadas podem ser compreendidas como uma outra forma de ocupar, com saberes específicos de uma outra ciência pertencente a uma pluralidade de saberes”. Saberes estes que coexistem e representam maneiras com que visões de mundo e técnicas possam resistir e sobreviver (Ribeiro; Dias, 2019).

A prática da agricultura urbana realizada pelo coletivo, ao cultivar elementos associados ao meio rural na cidade contribui para a construção de territórios urbanos marcados pela ruralidade, os quais resgatam das pessoas que migraram do seu local de origem modos de vida, conhecimentos, experiências e subjetividades (Nunes; Bezerra Neto, 2016; Brito; Augusto; Ribeiro, 2017). Pode-se compreender que com a vinda das pessoas do campo para a cidade, são estabelecidas relações entre esses dois espaços, reelaborando práticas e culturas e apontando para diversas possibilidades de interações, sendo que campo e cidade se influenciam com suas diferentes territorialidades (Nunes; Bezerra Neto, 2016).

A agricultura na cidade enquanto prática social coletiva pode representar um espaço de resistência cultural, principalmente, ao resgatar conhecimentos ancestrais, tais como, os que são relacionados às práticas afro-brasileiras e indígenas, promovendo assim, o acúmulo de capital simbólico (Carvalho, 2023). Por exemplo, no relato de Orquídea: “É difícil na cidade grande você ver um espaço assim que nem esse, né? E quando eu vi a casinha de barro, o que mais me chocou foi a casinha de barro, porque quando eu vi a casinha de barro... Eu me lembrei de lá do Nordeste, da casa onde eu nasci”.

As experiências de vida no meio rural trazem o saber fazer para a agricultura na cidade. Saber fazer que está tanto relacionado ao conhecimento prático do manejo com a terra, sendo possível fazer a leitura do que a terra e os plantios estão precisando, quanto relacionado ao saber contemplar a vida e os seres que compartilham a existência com nós seres humanos.

Conforme relata Hibisco, “É que a gente se criou na roça, então já tem aquela noção, é bom que não fica aquela coisa muito regrada, você tem aquela liberdade de observar e, hoje está precisando limpar aquele canteiro, vou limpar ali”. Enquanto que para Girassol, ela compartilha o encantamento com os seres não-humanos e associa que aprendeu a admirá-los por ter sido criada na roça.

Eu já trabalhava na roça. Trabalhava com plantação, com verdura, com legumes também. Nasci e me criei na roça. Não vou mentir, eu converso com as plantas, com as borboletas voando. Eu acho bonito. Eu acho interessante. Não sei porque eu também me criei... Na roça, né? Minha mãe ensinou eu na roça também. (Girassol)

O encantamento com a natureza descrito por Girassol também está presente na fala das outras mulheres do coletivo que nasceram e se criaram na roça. Encantamento este que é resgatado para o presente por meio da agricultura urbana e que demonstra subjetividades que coexistem tanto no rural quanto no urbano. Essa maneira de perceber o mundo dialoga com a sensibilidade do modo de viver descrito por Nêgo Bispo, ao dizer que “quem não se emociona com a cantiga de um pássaro não tem um modo agradável de viver” (Santos, 2023a, p. 23).

Paulo Freire enfatiza como o ser humano é um ser cultural, o qual se constitui em um processo contínuo de relação com o mundo, no qual a cultura não pode ser interpretada como estática, mas “só é enquanto está sendo. Só permanece porque muda. Ou talvez dizendo melhor: a cultura só “dura” no jogo contraditório da permanência e da mudança” (Freire, 2022, p. 69).

A agricultura enquanto prática de resistência cultural do coletivo Mulheres do GAU reflete esse jogo, da permanência e da mudança. Da permanência de práticas, sensibilidades e conhecimentos que constituíram-se ao longo da vida das mulheres do coletivo, e da mudança que estas tomam ao configurarem-se no território urbano.

Contudo, também é vivida a discriminação por serem mulheres agricultoras e terem o trabalho associado ao campo. A fala de Hibisco expressa como o trabalho com a agricultura na cidade pode ser associado de maneira pejorativa com o trabalho que é realizado no meio rural.

Tem um certo preconceito. Ah, fulano trabalha na roça. Eu já vi pessoas falarem, “nossa você é tão bonita, tão nova, você tá trabalhando ali?”. Entendeu? A pessoa que olha pra mim... Ou pensa que eu sou burra, não estudei, pra trabalhar aqui. Ou pensa, “nossa, ela poderia estar no escritório. Poderia estar fazendo um milhão de coisas que não tem nada a ver com isso”. Tem esse preconceito. (Hibisco)

Existe o senso comum que geralmente aponta para a identidade das pessoas que vivem e trabalham no campo como algo estática e homogênea, que pode ser identificada a partir de características como o modo de pensar e agir, invisibilizando a diversidade cultural entre as pessoas de diferentes territórios e dentro do mesmo território (Marques, 2017).

Ainda, de acordo com Marques (2017), essa percepção simplista em relação à identidade e cultura das pessoas do campo carrega estereótipos e não considera as pessoas como sujeitos históricos que atuam e vivem as mudanças estruturais da sociedade ao longo do tempo. Existem diversas formas de discriminações e desprezo pelas pessoas que vivem no contexto rural (Stocheroa; Pinto, 2023). Lemos e Ximenes (2024) buscaram discutir a discriminação racial e de gênero de mulheres negras no

campo, e apontaram que as mulheres agricultoras quando migram para a cidade sofrem discriminações a partir de estereótipos, sendo chamadas de “matuta, sem instrução, maltratada”.

Para Freire (2022), as discriminações sofridas, ainda, refletem a descrença nas pessoas do campo, as quais têm as suas capacidades de refletir e de conhecer subestimadas, sendo tidas como pessoas ignorantes. Freire (2022) alerta que para as pessoas serem tidas dessa maneira, é necessário que existam pessoas que as considerem assim, e que se classificam como aquelas que sabem.

Porém, bastaria que houvesse a compreensão de que os seres humanos estão em permanente relação com o mundo, e que o transforma por meio do seu trabalho, para que percebessem que as pessoas do campo possuem conhecimentos, e na realidade, ignorância é pensar o contrário (Freire, 2022).

As mulheres reconhecem as discriminações enquanto situações-limites e se posicionam a partir delas, expressando que não são condizentes. Passam a se orgulhar do trabalho que realizam, em um processo de ensinar e aprender a reconhecer que o trabalho com a terra se faz necessário, apontando um inédito viável.

Quando eu entrei aqui, quando eu comecei a mexer com a terra assim, as mãos ficavam todas secas, cheia de calo. Aí a gente ficava com a roupa suja de barro, de terra, e eu ficava com vergonha. Quando chegava uma pessoa ali, que eu conhecia, eu ia tapiando assim, para pegar qualquer coisa, pra pessoa não me vê. Hoje em dia pra mim é um orgulho o nosso trabalho, hoje mudei. Hoje nossa... eu vou assim, com os dedos bem assim, só lavo pra tirar um barrinho e vou. Hoje em dia eu me apresento como agricultora urbana e cozinheira. (Jasmim)

As mulheres denunciaram também, as discriminações sofridas a partir da interseccionalidade de gênero, raça e classe. Por ser um coletivo formado, em sua maioria, por mulheres negras, o racismo e machismo são violências que atravessam as suas vivências. Os conceitos de “raça” e gênero não podem ser separados, visto que a “experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vive-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo” (Kilomba, 2019, p. 94). A interseccionalidade de raça, gênero e classe social estabelece restrições às pessoas na medida que configuram suas escolhas, impõem responsabilidades de maneira desigual e favorece certas ocupações, sendo que o acesso a outras é dificultado (Biroli, 2018).

Tulipa compartilhou que, “Quando eu senti o racismo, aí eu comecei a identificar. Hoje eu consigo falar e tal, mas antes... Era uma dor insuportável. E aí quando você vai trabalhando nisso”. Assim como, Jasmim denuncia o racismo ao dizer que algumas pessoas não aceitam que uma mulher negra esteja na posição de liderança:

Eu sou uma mulher negra, eu estou como presidente, tem gente que não consegue digerir isso. Gente do nosso próprio contexto aqui. (...) Isso é estrutural né, porque a mulher negra, pela sociedade ela tem que ser o que? As pessoas conseguem ver a mulher negra, qual o lugar da mulher negra? É servindo, sabe? Foi desde os primórdios lá né, o que foi passado pela televisão? (Jasmim)

Ainda, ao refletir sobre o lugar da mulher negra na sociedade, Jasmim aponta para o aspecto do racismo entrelaçado com gênero, no qual a posição da mulher negra é a de alguém que desempenha o papel de servir. Na sociedade brasileira, o processo de discriminação da mulher negra ocorre pelos papéis que lhe são atribuídos, sendo um deles o de “doméstica”, que consiste em

diferentes atividades que indicam a sua posição “natural”, tais como, servindo em supermercados, hospitais, escolas e como empregada doméstica (Gonzalez, 2020).

O relato de Tulipa evidencia a dor sentida pelo racismo e como foi um processo para que começasse a falar sobre. No racismo, a pessoa é de maneira violenta separada de qualquer identidade que realmente possa ter, sendo que esse choque violento resulta além da agressão racista, da agressão de retornar ao cenário colonial, sendo que as feridas do presente ainda são feridas do passado e vice-versa (Kilomba, 2019).

As questões relatadas evidenciam como a prática da agricultura urbana, quando realizada por mulheres, em sua maioria negras, é atravessada por discriminações e desigualdades de gênero, raça e classe. Questões que são denunciadas enquanto situações-limites, visto que atribuem para as mulheres uma determinada maneira de ser e estar. Assim como, pelo preconceito ao fazer da agricultura ao ser relacionado com atributos pejorativos associados ao rural.

Porém, coletivamente, as mulheres anunciam processos educativos desvelados a partir do reconhecimento de suas vozes e da ampliação de suas leituras de mundo. O reconhecimento de suas vozes foi apontado como um dos processos que vivenciaram ao fazer parte do coletivo, visto que em outros espaços e momentos de suas vidas, sentiam-se caladas e não demonstravam confiança para expressar suas opiniões.

As pessoas entram aqui com a cabeça de firma, assim ó, quadradinha. Mas esse local aqui vai muito mais além. Porque eu tive meu lugar de fala aqui. E eu vivia calada, não falava com ninguém, eu fui me anulando cada vez mais. E aqui foi onde eu tive um lugar de apoio. Essa questão de ser mulher negra, de ter lugar de fala. Eu tenho que falar, e teve um tempo que eu me calei, e quando eu entrei nesse espaço eu voltei a falar de novo. (Jasmim)

Em diversos momentos, as mulheres do coletivo enfatizaram que perceber que mulheres que viveram situações semelhantes à elas começaram a falar, fez com que elas sentissem que podiam falar também. Como aponta hooks (2019b, p. 43), “quando acabamos com nosso silêncio, quando falamos com uma voz libertadora, nossas palavras nos conectam com qualquer pessoa que viva em silêncio em qualquer lugar”. Para as mulheres que vivem diversas opressões, sem falar e internalizando os sentimentos, como de raiva, angústia, desespero, erguer a voz é um ato de resistência, pois ao falarem, passam por um processo de autotransformação e saem de um lugar de objeto para se tornarem sujeitos (hooks, 2019b)

A prática realizada por essas mulheres também desvelou o processo educativo da ampliação da leitura de mundo. Leitura do mundo que pode ser compreendida enquanto conceito freireano, no qual Paulo Freire (1996, p. 42) discute que “a leitura do mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo”. Ou seja, ao ampliar suas leituras do mundo, as mulheres do coletivo ampliam os processos de assimilação do mundo, o qual se constitui cultural e socialmente.

O GAU mudou minha vida, né? Transformação, acho que é a palavra certa. A gente entra aqui, a gente entra de um modo, e aí a gente sai de outro, assim, portão pra fora. Uma luz diferente, um modo de viver diferente. Acho que é isso. É a transformação aqui que a gente tem. A gente

vem aqui, uma semente, e sai daqui uma árvore. É muito conhecimento. A gente cresce como pessoa, como ser humano, como sociedade. (Tulipa)

Assim como, a cooperação e as trocas de conhecimentos foram compreendidas enquanto processos educativos pois são constantemente anunciados no trabalho do coletivo. Muitas vezes esses processos acontecem ao mesmo tempo, pois à medida que as mulheres trocam conhecimentos, estão ensinando e aprendendo o valor da cooperação. Assim como, ao cooperarem umas com as outras, estão compartilhando conhecimentos sobre a horta, a cozinha e o próprio entendimento de que a construção do conhecimento é coletiva.

Ainda, no contexto das mulheres que nasceram e viveram suas infâncias no meio rural no Nordeste, as trocas entre elas ampliam os seus conhecimentos relacionados à agricultura. Tulipa, uma das integrantes mais novas do coletivo, também comentou sobre a troca de conhecimentos ser intergeracional: “A Margarida tem uma sabedoria enorme e, tipo, acho que eu ensino um pouco da minha geração pra elas e elas ensinam a viver o mundo que eu nunca vivi. Sabe? O ensino do plantio e tal. E às vezes eu ensino besteira e a alegria da juventude”.

A prática da agricultura urbana realizada pelas Mulheres do GAU, principalmente ao estar inserida dentro do contexto agroecológico, promove experiências que ampliam os espaços de atuação do coletivo, possibilitando que as mulheres ampliem também as relações com pessoas e grupos que normalmente não fazem parte de suas redes de contatos. As interações entre as mulheres com outros grupos de agricultoras e/ou demais grupos sociais, seja nos espaços em que atuam ou fora deles, contribui para a troca de conhecimentos e a construção de vínculos cooperativos, os quais ao valorizarem os seus trabalhos, promovem maior autoestima (Siliprandi, 2009).

Contudo, o aprender e ensinar a trabalhar em coletivo, a partir de processos cooperativos, nem sempre é fácil pois é um modo de viver que não é ensinado, visto que “tudo o que fazemos, depressa ganha um valor comercial segundo uma posição, confessada ou não, preestabelecida em tabelas de comparação, nas quais tudo o que somos, criamos ou sentimos vale sempre em comparação com os outros” (Brandão, 2005, p. 55)

Conforme apontou Jasmim, a competição está presente na sociedade, mas é necessário reconhecer que o trabalho do coletivo é construído por muitas mãos:

Trabalhar em grupo pra mim é você querer ser grupo. É muito difícil você ver eu falar “eu”, eu falo sempre nós. Eu aprendi isso vendo outras pessoas. Foi esse intercâmbio, sabe? De eu ir em outro espaço, eu aprendi vendo as outras mulheres. Porque eu também cheguei muito “eu” (...) E não é fácil, não é fácil você se perceber num grupo, e ser um coletivo. A gente é mais ensinado a competir. Essa história de competir, a competição é triste para o ser humano. Aí, mas aí depois eu fiquei pensando, peraí, quem plantou ali não fui eu. Quem colheu não fui eu. Quem, às vezes, cortou ali, não fui eu. Eu preparei aquela comida. Mas teve todas essas outras mãos que vieram antes de mim. Quem foi que fez isso aqui? Foi nós. Nós preparamos. (...) Pra chegar nisso aqui...foi resultado de muitas mãos que passaram aqui. O tanto de homens e mulheres que passaram aqui, deram sua contribuição, foi muita gente. É um trabalho resultado de muitas mãos que passaram aqui. Eu nunca esqueço isso. (Jasmim)

O relato da Jasmim, ao denunciar a situação-limite da competitividade na sociedade, anuncia também os processos educativos da cooperação e da troca de conhecimentos, visto que foi a

partir de diversas trocas com as pessoas, as quais cooperaram com o coletivo, que possibilitaram a autorreflexão e a chegarem onde estão.

Logo no início de sua fala, Jasmim destacou um aspecto importante da cooperação e da troca de conhecimentos, que é a possibilidade de ensinar e aprender ao conviver com as outras pessoas, elaborando os pensamentos a partir dessa convivência. “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário” (Freire, 2022, p. 85)

A compreensão de que essas trocas são fundamentais para o ser humano estão presentes em diversos relatos das mulheres. Orquídea, Tulipa, Margarida, Cosmos e Rosa apontam para a necessidade das pessoas perceberem para além de si mesmas, o quanto é por meio da cooperação e da troca de conhecimentos que as relações humanas ganham significado.

As mulheres do coletivo expressam que compartilhar os conhecimentos é essencial, questionando do que adianta as pessoas construírem e adquirirem conhecimentos e não fazerem circular, trocando com as outras pessoas. Ainda, como destaca Tulipa, compartilhar de geração para geração é o “básico”, porque são os “nossos”, sendo necessário ampliar a compreensão de que além dos “nossos” convivemos em sociedade, com outras pessoas que estão ao nosso lado.

Ao reconhecerem essa perspectiva da construção do conhecimento, recusam a ideia de uma educação bancária, na qual o conhecimento é percebido como algo estático, que pode ser depositado nas pessoas (Freire, 2020). Compreendendo assim que, a construção do conhecimento é algo realizado em diálogo com o mundo e com as pessoas, a partir do encontro com sujeitos que juntas/os constroem e compartilham (Freire, 2022).

O reconhecimento do próprio trabalho do coletivo foi compreendido enquanto processo educativo visto que as mulheres anunciam as lutas que foram e ainda são necessárias, as conquistas e as contribuições do trabalho, por exemplo, em promover uma alimentação saudável, principalmente para as pessoas que vivem na periferia.

Para Girassol, ela diz sentir muito orgulho do trabalho que realiza, principalmente quando lembra de como o terreno estava antes e como está agora. Hibisco destaca que “esse trabalho no coletivo significa força, muita alegria, muito prazer, tá mexendo com o que a gente gosta, pessoas boas, pessoas que entendem qual é a prioridade do mundo. As pessoas que trabalham com a terra de verdade”.

As mulheres reconhecem também o quanto a prática da agricultura urbana realizada por elas têm a sua importância ao criar áreas verdes nas periferias populares, visto que são regiões da cidade que não costumam ter essas áreas, e que trazem qualidade de vida para as pessoas. “Porque na cidade grande é difícil a gente ver um pedaço de terra assim que tenha futuro, né? São tudo mais casas, mais negócio de comércio, fábrica. E no meio do coração de uma favela tem uma área verde”, diz Girassol.

As transformações no bairro resultantes da prática da agricultura realizada pelo coletivo, trazem para o espaço urbano, “no meio do coração de uma favela” a possibilidade de futuro, como aponta Girassol. Possibilidade esta que dialoga com o futuro ancestral proposto por Ailton Krenak, e que sugere caminhos para sua reflexão de “como reconverter o tecido urbano industrial em tecido

urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?” (Krenak, 2022, p. 66).

Outra questão reconhecida e valorizada pelas mulheres é o fato do coletivo produzir alimentos sem veneno, contribuindo para que as pessoas que vivem na periferia popular acessem alimentos saudáveis e agroecológicos, visto que esses alimentos dificilmente estão na mesa das pessoas que vivem nesses territórios. Como destaca Jasmim, “É muito importante saber que a gente aqui, né... que não é fácil chegar essa questão da alimentação saudável na nossa mesa, nas pontas, nas periferias, para os bairros lá de poder aquisitivo é muito fácil, mas aqui, e a gente fazer um trabalho desse aí”.

Ao reconhecerem aspectos importantes da agricultura urbana, as mulheres pautam também as situações que limitam que esse trabalho seja ampliado e alcance mais pessoas, como os desafios da sobrecarga do trabalho, visto que não possuem recursos financeiros para ampliar o número de mulheres no coletivo, e a falta de políticas públicas para apoiar a/o agricultor/a no meio urbano, e consequentemente, a falta de investimento público para essa profissão.

Como aponta a Orquídea, “falta mais investimento do governo, falta um olhar do governo, falta o olhar de uma fiscalização mais avançada com as pessoas que realmente estão trabalhando na terra, que são agricultoras de verdade”. Ainda, Orquídea destaca outras questões, como a dificuldade em acessar certos programas do governo, por não possuírem um cadastro de agricultor/a, e situações em que não consideram que ser agricultor/a urbana/o é uma profissão.

Sendo que as mulheres também compartilham a esperança de ver a comunidade se aproximando cada vez mais do coletivo e compreendendo a importância da alimentação saudável e sem veneno, assim como, fortalecer os vínculos de pertencimento com o território. Para Orquídea, ela nutre o sonho da alimentação saudável para as pessoas que vivem na periferia popular, e a esperança que tenha mais investimento do governo para as/os agricultoras/es nas cidades.

Para hooks (2021, p. 46), “nossa visão do amanhã é mais vigorosa quando emerge das circunstâncias concretas de mudança que vivenciamos agora”. As mulheres anunciam a esperança de que as pessoas compreendam cada vez mais a importância da agricultura agroecológica para o espaço urbano, da alimentação saudável, da interação mais equilibrada entre seres humanos e não-humanos e da justiça social.

A partir dos processos educativos desvelados pela agricultura urbana praticada pelas Mulheres do GAU, podemos refletir sobre como reconhecer o papel das agricultoras enquanto protagonistas de diversos processos de transformações individuais e coletivas, porém, sem deixar de considerar o que denunciam, como as discriminações e desigualdades, a sobrecarga e a falta de reconhecimento do trabalho. Esses desafios perpassam pela necessidade do fortalecimento da prática da agricultura urbana por meio de políticas públicas efetivas, as quais possibilitam que as agricultoras continuem sendo protagonistas, mas sem isentar o poder público de garantir as condições e os investimentos necessários.

No que diz respeito à questão de avançar em relação à participação das agricultoras no controle social das políticas públicas, é necessário que essas pessoas não sejam apenas beneficiárias, mas que sejam propositoras das políticas que afetam diretamente suas vidas. Políticas que são fundamentais de serem elaboradas em diálogo com as agricultoras urbanas, visto que as/os representantes do poder

público, ao conhecerem a realidade das agricultoras, com elas podem melhor transformá-la (Freire, 2022).

REIVINDICAR A HUMANIZAÇÃO NO TRABALHO

A partir dos resultados apresentados e discutidos, podemos compreender o quanto as Mulheres do GAU, por meio da prática da agricultura urbana, são protagonistas de um processo necessário de humanização. Pela denúncia de situações-limites e desumanizantes, elas anunciam processos educativos e possibilidades de humanização.

Processo de humanização que não é algo dado ou depositado nas pessoas, é práxis, que significa a ação e reflexão das pessoas sobre o mundo para a sua transformação (Freire, 2020). Práxis que, “sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 2020, p. 127). Ao posicionarem-se de maneira reflexiva em relação à realidade que apresenta opressões de gênero, raça, classe e de território (periferia popular), as mulheres podem transformar essa realidade porque a reconhecem e atuam sobre ela, criando uma outra narrativa para a história.

Assim, “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (Freire, 2020, p. 108). Este pronunciar o mundo pelas Mulheres do GAU, e transformá-lo, se dá a partir da prática da agricultura urbana, ou seja, por meio do trabalho. As mulheres do coletivo reivindicam a humanização no trabalho, o qual, como discutiremos a seguir, pode ser interpretado como princípio educativo.

Ao longo de suas trajetórias de vida, o trabalho foi uma categoria constantemente presente. No caso das mulheres que vieram do Nordeste, foi a busca por trabalho que impulsionou suas vindas para a cidade de São Paulo. Assim como, as mulheres que moravam no interior do estado de São Paulo também vieram para a capital em busca de trabalho. Antes de fazerem parte do coletivo, tiveram diversas experiências de trabalho em que não havia diálogo e que sentiam-se como “robozinhos”.

O trabalho nesse caso, pode ser interpretado pela ideia marxista de alienação, no qual o sistema capitalista ao transformar o trabalho em mercadoria, o constitui em um processo desumanizante. Aprofundando essa discussão, a educadora e atuante em movimentos sociais do campo, Roseli Salete Caldart, tendo como fundamentação a crítica marxista em relação à alienação do trabalho, discute que:

Em sua forma capitalista, o trabalho social se realiza tirando do trabalho vivo, de seus sujeitos reais, a propriedade dos meios de produção e o poder de decisão sobre as finalidades da produção e a destinação do que é produzido pelo trabalho. Ao vender sua força de trabalho ao capitalista, dono dos meios de produção, o trabalhador se torna alheio ou alienado da sua própria força de trabalho e ao todo da produção que ela compõe (Caldart, 2023, p. 86).

O trabalho alienado, nesse sentido, como resultado de um sistema injusto construído a partir de relações de exploração e opressão é desumanizante, colocando as pessoas em um lugar de ser menos. Ser menos visto que, não permite que as pessoas reflitam e ajam criticamente, dialoguem, superem as situações de opressões, sejam “seres para si” (Freire, 2020).

Porém, diferente do trabalho alienado, o que as mulheres reivindicam é a humanização no trabalho, no qual este pode ser visto como condição ontológica do próprio ser humano, visto que “é sempre por algum tipo de prática do trabalho que os seres humanos intencionam a natureza, socializam o ambiente e se ressocializam a si mesmos e aos seus mundos sociais” (Brandão, 2005, p. 85). Os seres humanos, enquanto seres de relações, por meio da práxis, transformam o mundo em que vivem com o trabalho (Freire, 2022).

É justamente devido a essencialidade do trabalho que podemos pensá-lo a partir da formação humana e, enquanto formação humana, este não pode ser visto como trabalho individual, mas sim como trabalho coletivo (Caldart, 2023). Trabalho coletivo pois é no encontro com o outro que nos formamos enquanto seres humanos, pois “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens [seres humanos] se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2020, p. 95).

É estando em coletivo que as Mulheres do GAU aprendem umas com as outras, desvelando processos educativos por meio do seu trabalho, a prática da agricultura urbana. É no coletivo que temos a oportunidade de nos deslocar de perspectivas individualistas e vivenciar o encontro do “nós” (Brandão, 2005). Trabalho que, ao constituir-se em coletivo, pode ser compreendido enquanto princípio educativo.

O trabalho como princípio educativo possibilita construir alternativas frente às relações de trabalho impostas pelo sistema capitalista, de alienação, de exploração dos seres humanos e não humanos e do lucro para poucas pessoas à custa de muitas (Caldart, 2023). Alternativas estas que nos permitem refletir sobre o trabalho como princípio educativo enquanto processo de humanização, visto que ao confrontar o trabalho alienante, pode superar a opressão desumanizante e as situações-limites que fazem as pessoas serem menos.

O trabalho como princípio educativo, que leva ao processo de humanização se dá a partir das relações dialéticas e permanentes com a realidade, nas quais os seres humanos transformam o mundo, e assim, transformam a si mesmos (Freire, 2022). Por meio dos diversos processos educativos anunciados pelas Mulheres do GAU, compreendemos que o trabalho por elas realizado, aponta para possibilidades de humanização ao se fazer dialógico, por meio da cooperação, do acolhimento e das trocas de conhecimentos, o qual por meio deste reconhecem as suas vozes e ampliam as suas leituras de mundo, sentindo-se pertencentes ao coletivo e ao território.

O trabalho como princípio educativo é o que permite denunciar as situações-limites que são colocadas para as mulheres, principalmente, negras e periféricas. Assim como, o trabalho que possibilita denunciar a falta de políticas públicas efetivas que reconheçam e apoiem o trabalho enquanto agricultoras urbanas. Que aponta para outras relações com a natureza, diferente da exploração gerada pelo trabalho no sistema capitalista. Que possibilita que as mulheres se reconheçam enquanto sujeitas históricas, com poder de decisão, transformando o território com a agricultura urbana, e assim, construindo perspectivas para uma cidade mais justa e humana para todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto da América Latina, marcado por diversas tentativas de homogeneização das interpretações de mundo, a partir de uma lógica dominante que reforça estruturas

de opressão na sociedade, torna-se necessário compreender as práticas sociais e os processos educativos que estas desencadeiam de grupos tidos como desqualificados e marginalizados, para que relações mais humanas e de justiça social sejam construídas.

Compreendemos que os diversos grupos sociais significam o mundo e atuam dentro dele, reconhecendo que existem diversas formas de ser e estar no mundo, que produzem outras possibilidades de se relacionar com os seres (humanos e não humanos), com o território, com o trabalho, com a vida. Nesse sentido, ao dialogarmos com o coletivo Mulheres do GAU, que atua na periferia popular de São Paulo, foi fundamental construir esta pesquisa a partir do reconhecimento que elas são sujeitas que produzem conhecimentos e pautam outras maneiras de existir na cidade. Maneiras estas que são resistências frente às estruturas colonialistas na cidade, que não estão comprometidas com as questões raciais e de gênero para formular as políticas públicas urbanas.

Assim, a agricultura urbana foi compreendida como a prática social que proporciona sentido coletivo às Mulheres do GAU, promovendo a formação para a vida em sociedade e fortalecendo a identidade enquanto agricultoras urbanas periféricas da zona leste de São Paulo. Esta prática realizada pelo coletivo rompe com os estigmas sociais atribuídos às periferias populares, caracterizadas pelas ausências, violência e precariedade urbana, possibilitando aprofundar as discussões sobre a luta por qualidade de vida e humanização nesses territórios.

No processo de construção e análise desta pesquisa, compreendemos que ao pautarem situações-limites e desumanizantes, as mulheres do coletivo anunciam diversos processos educativos e possibilidades de humanização. Processos estes que são possíveis pela práxis, ou seja, pela ação e reflexão sobre a realidade, compreendendo que esta é histórica e que pode ser transformada pelas pessoas.

Com esses resultados, contribuímos para a compreensão e problematização dos processos educativos desvelados pela prática da agricultura urbana a partir das perspectivas das próprias sujeitas que as praticam, as Mulheres do GAU. Processos estes que podem contribuir para a construção de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura urbana a partir da contextualização do território e pautando gênero e raça como central. Compreendendo que é necessário ampliar os espaços de participação das agricultoras urbanas na elaboração e controle das políticas públicas que afetam diretamente suas vidas, reforçando como é essencial que sejam elaboradas em diálogo com elas.

Esperamos ter contribuído para a compreensão do universo da agricultura urbana na cidade de São Paulo, praticada por mulheres, em sua maioria, negras, aprofundando as discussões sobre as resistências e as lutas por qualidade de vida nas periferias populares. Lutas que se fazem necessárias para a humanização e para a construção de cidades que sejam feitas para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Tatiana.; SILVA, Simone S. C.; PONTES, Fernando A. R.; KOLLER, Silvia H. O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 131-141, 2015. <<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p131>>

ALMEIDA, Daniela A. O. *ISTO E AQUILO: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)*. Tese (Doutorado em geografia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_0d1278bec85fdc647fc95c000de32d81/Details>. Acesso em: 17/04/2026.

ARAÚJO-OLIVEIRA, Sonia S. Exterioridade: o outro como critério. In: OLIVEIRA, Maria W.; SOUSA, Fabiana R. (Orgs.). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 47- 112.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2008.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. p. 59-68.

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante e a Participação da Pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos R. *As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRITO, Giliarde S.; AUGUSTO, Helder dos A.; RIBEIRO, Aureo E. M. Agricultura urbana: influência dos costumes e das práticas agrícolas de migrantes nas áreas urbanas de Montes Claros – MG. *Revista IDEAS*, v. 11, n. 1-2, p. 8-33, 2017. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/171>>. Acesso em: 22/09/2025.

CALDART, Roseli S. *Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 34.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Marcio D'ONE. Por que Sulear? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. *Revista Interdisciplinar Sulear*, n. 2, p. 10-35, 2019. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4140>>. Acesso em: 15/01/2026.

CARVALHO, Laura M. Expressões de religiosidade em hortas comunitárias da zona Leste de São Paulo. *Religare*, v. 20, n. 2, p. 150-177, 2023. <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-6605.2023v20n2.68517>>

CARVALHO, Laura M. *Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal*. Tese (Doutorado em Ciência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde-14042021-095021/pt-br.html>> . Acesso em: 06/08/2025.

CHAVES, Larissa S. *Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241725>>. Acesso em: 18/10/2025.

COSTA JÚNIOR, Jair; UDE, Walter. Educação afrodiaspórica e transformações na prática universitária: o SULear como uma perspectiva decolonial entre saberes. *Revista Interdisciplinar Sulear*, v. 2, p.163-180, 2019. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/sulear/article/view/4159>>. Acesso em: 24/10/2025.

COUTINHO, Maura N.; COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011. <<https://doi.org/10.35699/2237-549X.13322> >

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 1, p. 65-86, 2019. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/683>>. Acesso em: 06/09/2025.

DO AMARAL E SILVA, Fabiana F; OLIVEIRA, Dennis de. La potencia política de los territorios periféricos en la metrópoli de São Paulo. *Polisemia*, v. 13, n. 24, p. 41-56, 2019. <<https://doi.org/10.26620/uniminuto.polisemia.13.24.2017.41-56> >

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 51 - 73, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>>. Acesso em: 12/06/2025.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 73. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Maria G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019. <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655> >

GONZALEZ, Lélia. *Por uma feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019b.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE MOS, Patrícia M.; XIMENES, Verônica M. Discriminação racial e de gênero: formando para o enfrentamento de mulheres negras no contexto rural. *Experiência – Revista Científica de Extensão*, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2024. <<https://doi.org/10.5902/2447115185731> >

MAGALHÃES, Valéria B. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, n. 76, p. 99–112, 2015. <<https://doi.org/10.48213/travessia.i76.90>>

MARQUES, Luiz O. C. Representações de identidade e cultura dos povos do campo em livros didáticos do ensino fundamental. *Cadernos do IL*, n. 55, p. 46-63, 2017. <<https://doi.org/10.22456/2236-6385.67706> >

MINAYO, Maria Cecília de. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília. de. S. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 61-78.

MOTTA, Vívian D. *Enquanto houver racismo, não haverá Agroecologia!* Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1397171>>. Acesso em: 13/09/2025.

MOTTA, Vívian D. Por uma agroecologia antirracista. In: III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, 2020, Recife. Anais. Recife: ABA, 2020. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6396/2435>>. Acesso em: 20/05/2025.

MOURA, Adriana F.; LIMA, Maria G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>> Acesso em: 08/10/2025.

NUNES, Klívia de C. S.; BEZERRA NETO, Luiz. Urbano e rural: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil. *Revista Exitus*, v. 6, n. 1, p. 62–76, 2016. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/39>>. Acesso em: 22/07/2025.

OLIVEIRA, Filipe V. Urbanização e formação socioespacial da Zona Leste da cidade de São Paulo: aspectos históricos e forma urbana. *Arq.Urb*, n. 17, p. 4–21, 2016. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/169>>. Acesso em: 19/04/2026.

OLIVEIRA, Lúcia A. *Precariedade Urbana na Metrópole: União de Vila Nova em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/items/b98b93e9-4694-4549-889c-f2028f54882e>>. Acesso em: 19/04/2026.

OLIVEIRA, Maria W.; RIBEIRO JUNIOR, Djalma; SILVA, Douglas V. C.; SOUSA, Fabiana R.; VASCONCELOS, Valéria O. Pesquisando processos educativos em práticas sociais: reflexões e proposições teórico-metodológicas. In: OLIVEIRA, Maria W.; SOUSA, Fabiana R. (Orgs.). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 113-141.

OLIVEIRA, Vera A. *Memórias de mulheres dos movimentos sociais da zona leste de São Paulo: Histórias de Resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08112007-094707/pt-br.html>>. Acesso em: 23/03/2026.

RIBEIRO, José L. L.; DIAS, Liz C. Agricultura urbana e as Iniciativas de Resistência Popular. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 4, p. 1-12, 2019. <<https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1369> >

SAGAE, Erika. Agricultura urbana no planejamento das cidades e a participação social. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, v. 2, n. 1, p. 45-51, 2020. <<https://doi.org/10.33871/26747170.2020.2.1.3188> >

SANTANA, Scheila B. *Agricultura urbana em territórios populares da Região Metropolitana de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?* Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social). Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2022. Disponível em: <<https://ri.ucs.br/items/783bf956-e9db-4908-81d1-b2f0d91739f4>> Acesso em: 21/03/2026.

SANTOS, Antônio B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023a.

SANTOS, Antônio B. dos. *Colonização, Quilombos: Modos e Significações*. 2ª ed. Brasília: AYÓ, 2023b.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 139 - 152.

SIMÕES, Guilherme; MEDEIROS, Josué. As periferias urbanas como ambiente fértil para mudanças sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 27, p. 1-10, 2025. <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202524> >

STOCHEROA, Luciane; PINTO, Liana W. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. *Saúde Soc.*, v. 32, n. 3, p. 1-18, 2023. <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210595pt> >

TAIT, Márcia M. L. Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência na construção de epistemologias do Sul. *Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 2, n. 1, p. 77-102, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/89285f01-5211-40a6-8ae5-b3c5da5fabab>>. Acesso em: 20/04/2026.

TAIT, Márcia M. L.; JESUS, Vanessa B. de. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. *Scientiae Studia*, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017. <<https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005> >

TEIXEIRA, Iraí. M. C.; OLIVEIRA, Maria W.; STOFEL, Natália S. Pesquisa participativa com mulheres assentadas: possibilidades a partir da educação popular em saúde. *Revista de Educação Popular*, v. 17, n. 3, p. 55–71, 2019. < <https://doi.org/10.14393/rep-v17n32018-art04> >

Submetido: XX/XX/2026

Preprint: XX/XX/20XX

Aprovado: XX/XX/20XX

Editor de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autora 1 – Concepção, administração e desenvolvimento, conceitualização, desenho metodológico, construção e análise dos dados, escrita do texto.

Autora 2 - Concepção e desenvolvimento, desenho metodológico, revisão do texto.

Autora 3 - Curadoria de dados, revisão do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

As autoras declaram que não utilizaram recursos de Inteligência Artificial (IA) para a produção do artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.